

RESUMO DO CURSO “ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL NA CRIANÇA E ADOLESCENTE”, MINISTRADO PELO PROF. TILMAN FÜRNISS EM 10 E 11.10.2001 NO CENTRO EDUCACIONAL SÃO CAMILO, BH.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O curso baseou-se largamente no livro de Fűrniiss, *Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Multidisciplinar* (Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993). Mais precisamente, poder-se-ia dizer que o capítulo 8 (“Preparação para a revelação”) foi o referencial principal das aulas. Fűrniiss não se limitou à posição de quem estaria ensinando a como proceder nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Na verdade teve destaque em suas aulas a necessidade de articulação entre os diversos serviços que intervêm nesses casos e os efeitos que daí são oriundos. Houve particular ênfase - e aqui notamos uma diferença quanto ao capítulo mencionado como referência - na preciosa articulação que deve haver com os serviços judiciais e policiais, buscando ressaltar a responsabilidade de cada profissional nas referidas intervenções.

Grosso modo poderíamos destacar duas linhas mestras nas aulas de Fűrniiss:

1. O entendimento da intervenção como a resultante de um trabalho multi ou interdisciplinar, bem como da responsabilidade de cada serviço/profissional/saber que aí esteja envolvido;
2. A idéia de tempo oportuno para a intervenção e os obstáculos a ele ligados.

## DAS PARTICULARIDADES DO ABUSO SEXUAL

Fűrniiss começa caracterizando o abuso sexual como síndrome de segredo e adição. Durante um bom tempo ele procura mostrar a importância da motivação do profissional que esteja intervindo. Isto é, ele diz que antes de se estabelecer propriamente a estratégia de intervenção é preciso controlar a “crise profissional” que se instala quando nos sentimos premidos a agir. Tal “crise profissional” teria como resultado a ação atabalhoada, como se intervir apressadamente pudesse significar intervenção eficiente.

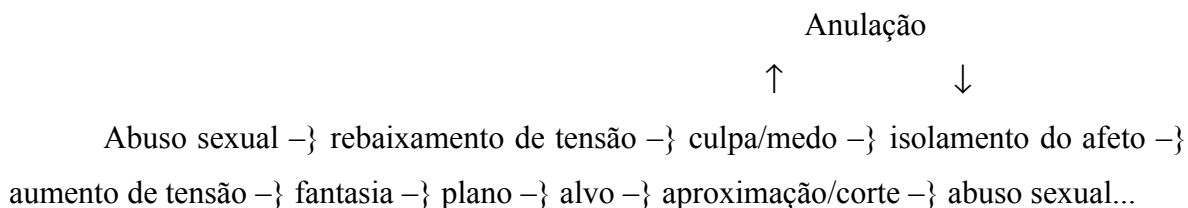
Fürniss procura explorar um pouco o que se poderia supor como um mecanismo do abuso sexual. De saída, define abuso sexual como uma “interação sexual ilegal”. Em seguida, encarrega-se de explicitar que não existe a figura do “típico” abusador.

Fürniss distingue maus-tratos físicos e abuso sexual em termos de mecanismo. O primeiro estaria associado a uma crise, ligado a uma ocorrência súbita, resolvendo-se num ato; o segundo, seguiria o padrão adicto, o qual se pautaria em termos de fantasia e seria equivalente (em termos de comportamento) a outros tipos de dependência conhecidos (quanto às drogas, por exemplo).

Fürniss continua afirmando que na maior parte dos casos de abuso sexual pode-se retroativamente perceber um histórico de “aproximações” entre o autor e a vítima. Entenda-se “aproximações” como contatos esparsos, casuais, que paulatinamente construiriam o caminho de acesso para a consecução do abuso sexual. Ressalta que nesse caso não se deve falar em “relacionamento”, mas, sim, em interação, já que a criança não seria tomada enquanto pessoa, mas antes como objeto da fantasia sexual do autor.

Referente à equivalência abuso sexual/dependência, Fürniss traça o seguinte diagrama:

#### Ciclo do abuso sexual



#### DA RELAÇÃO AUTOR/VÍTIMA

Quanto a uma possível referência a um background dos abusadores, Fürniss cita os seguintes mecanismos de constituição dos modos pelos quais o abuso se reatualizaria:

1. Abuso sexual dos próprios agressores (aprendizagem);
2. Espelhamento na família abusadora (identificação);
3. Sexualização da baixa tolerância à frustração;

#### 4. Sexualização da dor e tensão no abuso físico (sexualização da dor).

Fürniss registra contudo que a enumeração acima não se configura como um rol de tipos de personalidade associados aos agressores. Ele denomina a série acima como a caracterização de mecanismos pelos quais o abuso sexual se constituiria.

Em seguida, a questão do prazer no abuso do ponto de vista da vítima foi um tópico comentado por Fürniss. Aqui, foram explorados os feixes de aproximação e afastamento entre autor e vítima, os quais redundam no “conflito de lealdade” já descrito por diversos autores. Estaria em jogo para a vítima um conflito entre duas representações do autor que seriam até certo ponto irreconciliáveis:

- I. O que ele é;
- II. O que ele faz.

Fürniss nesse ponto reproduz (interpreta como um ator) a reação de uma criança (ex-paciente) que seria ilustrativa do conflito mencionado. Ele tem interesse em saber qual a reação do público presente ante os comportamentos apresentados pela criança.

#### DAS INTERVENÇÕES E SEUS AGENTES

Fürniss esclarece que o sucesso de uma intervenção não é sinônimo de revelação. Esta pode vir a ocorrer muito tempo depois, como o exemplo extraído de seu livro, onde é procurado por uma paciente quase dois anos depois do fim dos atendimentos para que lhe fosse revelado os detalhes do abuso de que a mesma teria sido vítima.

Outro ponto de destaque nesta aula é o referente a não sobreposição entre o que seria próprio ao Judiciário e o que seria propriamente terapêutico. Nesse sentido não caberia a expectativa de uma “Justiça terapêutica”, a pena não se confundindo com uma terapia. Embora não desenvolva essa questão em detalhe, ele avança um pouco mais afirmando que após a fase de produção de provas e de decisão da Justiça, caberia uma reavaliação a fim de se elaborar algumas hipóteses sobre a possibilidade de “recuperação” do autor. A partir daí poder-se-ia

optar por uma intervenção que se esgotaria no âmbito penal ou por outras que se configurariam efetivamente como terapêuticas.

Fürniss destaca que o diálogo com juízes e profissionais do Direito é fundamental para o avanço e coordenação das diversas intervenções que esses casos requerem. Ele afirma que mesmo na Alemanha há dificuldades nesse quesito. É preciso esforço e tempo para esclarecer a todos os envolvidos com base no modo de funcionamento desses diversos saberes.

Foi exibido um vídeo (de 1993 ou 1998, não foi possível identificar precisamente a data) de um grupo coordenado por Fürniss e um psicólogo onde eram atendidos adolescentes autores de abuso sexual. Nessa sessão específica havia 4 adolescentes. Foi esclarecido que as sessões não ultrapassam 1h e que, via de regra, constariam de um encontro semanal.

Fürniss fez uma distinção entre avaliação e diagnóstico. Avaliar e diagnosticar seriam modos de intervenção próprios aos casos de abuso sexual. Contudo, com objetivos distintos. Enquanto o primeiro está ligado à produção de prova e envolve, por conseguinte, também um trabalho policial, o segundo é procedimento terapêutico, está ligado às possibilidades de instauração de uma terapia, associando-se, portanto, ao papel do terapeuta. Se no primeiro visa-se a uma comunicação (ao juiz, por exemplo), no segundo objetiva-se estabelecer um sistema de interpretação.

#### A IMPORTÂNCIA DO TEMPO E SUA MODULAÇÃO ENTRE OS AGENTES E A “PESSOA DE CONFIANÇA”

Fürniss menciona três momentos preliminares no percurso seguido pelos profissionais para que se possa tentar verificar a existência de um caso de violência sexual:

- 1) Apreciar a possibilidade do abuso, através de signos, sintomas ou comportamentos da criança que destoariam daqueles próprios à sua faixa etária ou desenvolvimento cognitivo-emocional = suspeita inicial;
- 2) Considerar verdadeira uma eventual comunicação da criança = revelação parcial;

### 3) Consultar a pessoa de confiança da criança = clarificação.

Nesse momento do curso, foi enfatizado que não adiantaria querer falar com a criança imediatamente. O resultado dessa tentativa não seria outro senão a negação do ocorrido. Fűrniß ressalta como sendo muito mais relevante, nos momentos iniciais de investigação, a abordagem de todos que estão próximos à criança, em particular daquela que seria a “pessoa de confiança”. Entenda-se com esse termo a pessoa a quem geralmente a criança confia, de algum modo, a experiência da violência sexual.

A pessoa de confiança não é um “especialista” em abuso sexual, mas, de certo modo, um “especialista” na criança. Não se trata de uma figura aleatória, mas alguém escolhido pela criança para receber essa confiança. A pessoa de confiança desempenha um papel importante, ocupando um lugar intermediário, entre o universo da família (com seus medos, ansiedades e prazeres) e o “mundo exterior” (a realidade, os valores da comunidade, as interdições, etc.). Na acepção de Fűrniß, a criança não se endereçará a um outro [a respeito do abuso sexual] antes de ter efetuado uma revelação formal. Para tanto, sob o aspecto material da intervenção, muitas vezes será preciso que a pessoa de confiança esteja presente às entrevistas. Do mesmo modo, as entrevistas de revelação devem ser marcadas por uma continuidade e por um decréscimo da ansiedade de todos os envolvidos. O papel dos agentes e os limites de suas intervenções devem ser claros para todos os envolvidos.

Recapitulando uma passagem de seu livro, onde cita Henry Kempe (“O abuso da criança exige paciência”), Fűrniß foi categórico ao afirmar: “se você quer ajudar rápido [uma criança com relação à qual existe uma suspeita de abuso sexual], deve agir lentamente”. Os motivos que o levam a essa afirmação, de certo modo encontram suas bases nas exposições precedentes. Muito de sua exposição também se centrou na necessidade de uma ação multi ou interdisciplinar. É preciso que o papel de investigação policial não seja subestimado e haja aí um momento próprio à intervenção do psicólogo. Trata-se,

como diz, de dois trabalhos distintos, ainda que ambos possam vir a colaborar para a produção de provas.

Existem situações onde esses papéis podem se misturar, mas de modo pontual e com um fim muito específico. Foi citado como exemplo o caso da Holanda. Nesse país é proibido que menores de 14 anos compareçam a um tribunal. Assim, há uma equipe de policiais que são psicólogos cujo objetivo é coletar informações relevantes à condução do processo. Tais informações são repassadas então ao juiz. Não ficou claro se há ou não uso de videoteipe nessas situações, mas nos parece ter sido mencionado algo do gênero. É importante contudo notar que não houve mistura de funções, pois o objetivo da intervenção mencionada é inteiramente policial, ainda que pautando-se em recursos da entrevista psicológica.

Fürniss apresenta um quadro onde caracteriza as suspeitas de primeira linha (marcadas por diversas imprecisões) e as de segunda linha (mais fundamentadas):

| <b>SUSPEITA DE 1ª LINHA</b>                            |  | <b>SUSPEITA DE 2ª LINHA</b>   |
|--|--|---|
| Vaga   | <u>Evidência</u>                             | Bem fundamentada e documentada  |
| Coleta de informações                                  | <u>Alvo</u>                                  | Planejamento da ação  |
| Rede de profissionais + pessoa de confiança            | <u>Dirigido a</u>                            | Intervenção familiar  |
| Decisão ordenada para ação                             | <u>Importante evitar</u>                     | Alerta ou envolvimento familiar                                       |
| Consulta de avaliação interprofissional                | <u>Processo interprofissional necessário</u> | Encontro pré-intervenção  |
| Profissionais que podem ajudar a clarificar a suspeita | <u>Profissionais envolvidos</u>              | Todos os profissionais que necessitam estar envolvidos na intervenção |

Uma suspeita de segunda linha (fundamentada), requer:

- 1) Planejamento da intervenção;
- 2) Coordenação dos diversos profissionais envolvidos;
- 3) Conversa com a criança, conforme suas possibilidades;
- 4) Intervenções que abram possibilidades de contato com o autor e a família;
- 5) Encontro com a família.

O encontro de pré-intervenção, por sua vez, requer a definição/avaliação:

- I) De quem vai conversar com a criança;
- II) Quando;
- III) Onde;
- IV) De quem vai conversar com o(s) parente(s) não agente(s) da agressão;
- V) De quem vai confrontar o suspeito;
- VI) Para onde vai a criança caso ela não possa voltar para casa;
- VII) De quais são as implicações práticas e legais da negação/afirmação do autor da violência.

## REVELAÇÃO E DIFICULDADES ASSOCIADAS

Com relação aos modos de negação de um episódio de violência sexual, Fűrmiss ressalta que:

- a) quanto ao autor, admissão não é o mesmo que assunção;
- b) quanto ao parente não autor, conhecimento não é o mesmo que aceitação;
- c) quanto à criança, revelação não é o mesmo que integralização da experiência.

As observações precedentes são importantes porque oferecem indicativos do trabalho e dos desdobramentos que acompanham as intervenções dos casos de violência sexual.

Por seu turno, o sucesso da revelação estaria ligado ao:

1. Grau de conhecimento dos fatos;
2. Grau de coordenação e envolvimento na avaliação e investigação profissional.

Foi apresentado um esquema a respeito da influência da ansiedade sobre o estado cognitivo nos casos de abuso sexual. No quadro estabelecia-se uma correlação entre as manifestações de ansiedade presentes no contexto avaliativo (“eu tenho medo”, “eu não conheço fulano”, “eu não estou entendendo”, “você não acreditam em mim”, etc.) X a ansiedade presente no(s) episódio(s) de abuso sexual (“eu não quero perder o papai”, “eu sou mal”, “ele está me maltratando”, “eu não sei o que sinto”, “eu sinto prazer”, etc.) X eventuais manifestações sintomáticas (anorexia, depressão, falhas escolares, “psicose paranóica”, etc.)

Fürniss reconhece que os casos de suspeita de abuso sexual em crianças abaixo de 3 anos (com baixa competência para a fala) é de muito difícil solução. A dificuldade das intervenções psi, é oriunda também da falta de precisão acerca do lugar onde se operam tais intervenções. Trata-se de um limite entre os fatos e os aspectos subjetivos/emocionais envolvidos (ansiedade, conflitos de lealdade, etc.). O levantamento de fatos não seria uma competência própria aos saberes psi. A competência própria ao campo psi estaria associada aos questionamentos possíveis de serem feitos nos casos de abuso sexual (constituição de provas por vias indiretas), o que acabaria por contribuir na construção de evidências. Ou seja, nesses casos não se deveria negligenciar os fatores emocionais (citados acima) envolvidos.

Por fim, Fürniss voltou a ressaltar alguns aspectos já presentes em vários momentos de suas duas aulas:

- a importância da ação coordenada da rede profissional;
- a Inglaterra como uma boa referência no atendimento dos casos de violência sexual;
- “para não se destruir fatos é preciso não agir moralmente”;
- “trabalhar com crianças significa agir lentamente”;



- “para se saber sobre fatos, é preciso apreciar o contexto e não perguntar diretamente sobre eles”;
- a importância de não promover a repetição de procedimentos e, conseqüentemente, a superexposição da criança sobre quem repousa a suspeita de abuso sexual.